

Proposta GAZETA MERCANTIL para reduzir a dívida

13 DEZ 1988

por Celso Pinto
do Rio

Os presidentes de sete países devedores da América Latina deverão encaminhar, até o final do mês, aos países desenvolvidos uma proposta conjunta, multilateral, para redução da dívida externa.

Ontem os ministros da Fazenda destes países — Brasil, Argentina, México, Uruguai, Venezuela, Peru e Colômbia — estiveram reunidos no Rio, formulando o documento básico com a proposta que será examinada pelos presidentes. Além disso, chegou-se também a uma proposta conjunta para renegociação (com redução do débito) da dívida intra-latino-americana, que chega a US\$ 12 bilhões.

O documento conjunto divulgado no final da tarde fala em “esforço concentrado” para definir e implantar um “efetivo programa de redução da dívida e do financiamento do desenvolvimento”. Acrescenta que este programa

tem um caráter “de urgência”.

Cada ministro levará a seu presidente o documento aprovado no Rio, e que começou a ser esboçado na reunião anterior destes países (que formam o chamado “Grupo dos Oito”, do qual o Panamá está afastado) em outubro, em Punta del Este. Espera-se que até o próximo dia 19 os presidentes tenham ratificado as idéias. Pelo que apurou este jornal, caberá ao presidente José Sarney coordenar, entre os presidentes, a forma de encaminhar a proposta aos países desenvolvidos.

Afastou-se, na reunião de ontem, a hipótese de tentar marcar um encontro conjunto com os ministros da Fazenda dos sete países mais desenvolvidos, por ser de difícil organização. Não se definiu a forma de encaminhamento do documento, mas ela poderá partir de uma iniciativa conjunta a nível presidencial.

A inclusão do caráter de “urgência” ao exame da proposta tem uma razão muito específica, disse uma alta fonte a este jornal. Existe um diagnóstico bastante pessimista, entre estes países, sobre a situação econômica e o temor de que um ou alguns deles acabem sendo obrigados a adotar uma atitude extrema — como a suspensão dos pagamentos — antes que a proposta tenha uma resposta dos ricos. Neste caso, o alerta conjunto do “Grupo dos Oito”, serviria como um certo respaldo a estes países (ou país) inadimplentes.

Mesmo com a hipótese de alguma quebra, contudo, o espírito que reinou ontem foi de “moderação e realismo”, na definição do ministro da Fazenda do Brasil, Mailson Ferreira da Nóbrega. Outra fonte explicou que um diagnóstico presente no “Grupo dos Oito” é que existe uma forte tendência à substituição das atuais equipes econômicas, nas eleições presidenciais que acontecerão em vários países, inclusive o Brasil, por outros ministros com posturas muito mais radicais em relação à dívida.

A expectativa, portanto, é que os países desenvolvidos tenham sensibilidade política para sustentar mais fortemente a posição das atuais administrações com ações concretas. De

fato, vários destes países trabalham com indicações claras vindas da administração norte-americana de que alguma nova iniciativa em relação à dívida externa poderia ser anunciada, a curto prazo, e poderia envolver mecanismos de redução da dívida.

Os ministros evitaram mencionar os detalhes da proposta acertada ontem. Sabe-se, contudo, que ela inclui um princípio, o da possibilidade de troca da dívida antiga por bônus emitidos com garantia (dada por países desenvolvidos ou organismos multilaterais). Na troca, os devedores se apropriariam de alguma vantagem.

Uma das alternativas para redução da dívida que tem sido muito mencionada é a da criação de uma agência multilateral, com recursos dos países mais ricos, que fariam a intermediação comprando os débitos antigos, com deságio, e repassando a vantagem aos devedores.

(Continua na página 2)

Proposta para reduzir a dívida

por Celso Pinto
do Rio

(Continuação da 1ª página)

O ministro Mailson da Nóbrega, no entanto, considera esta hipótese a de mais difícil viabilização política — embora seja bastante vantajosa.

Houve rápido e sólido consenso entre os ministros, ontem, sobre o diagnóstico da imperativa necessidade de reduzir as transferências externas geradas pelo pagamento da dívida e da retomada de novos financiamentos. Já sobre a fórmula para isso, antes de se chegar ao formato

final, foi preciso afastar uma hipótese posta à mesa por um dos devedores: a de fixar o pagamento da dívida a, no máximo, 20% da receita de exportações. Os outros devedores consideraram a proposta radical e irrealista.

De todo modo, antes do almoço — às 13 horas — já se havia chegado a um consenso sobre os termos da proposta para a dívida, que havia sido previamente esboçada e discutida a nível técnico. O almoço deveria ter sido gasto na discussão das alternativas de encaminhamento, mas boa parte do tempo acabou servin-

do para os ministros ouvirem um relato, dramático, da situação do Peru, por seu ministro da Fazenda, Carlos Riva Davila.

A parte da tarde, até as 17 horas, foi toda consumida na discussão da dívida intralatino-americana. Quatro países — Brasil, Argentina, Venezuela e México — são credores de US\$ 12 bilhões da quase totalidade dos outros países da região.

A idéia é criar novos mecanismos que reduzam parte do valor desse débito, refinanciem o total e abram espaço para uma retomada mais agressiva do comércio entre os países.

Em princípio, esse acordo deveria incluir apenas a dívida oficial, ou seja, o débito gerado a partir de financiamento de instituições oficiais dos quatro países credores. Um desses países, no entanto, insistiu nas discussões da tarde de ontem, para que a fórmula incluísse também os débitos privados — que, no caso desse país, são muito ex-

pressivos em volume. A proposta acabou rejeitada, mas essa discussão consumiu bom tempo do encontro.

Mailson acha que existe hoje consenso, a nível internacional, sobre a necessidade de se reduzir o estoque da dívida para fixar uma solução duradoura. Por essa razão, ele classifica este encontro, que há alguns anos seria tido como radical, como engajado numa evolução natural da discussão da dívida externa e dentro de um princípio estrito de cooperação, não de confronto.

Um dos objetivos, obviamente, é fazer o máximo de barulho possível num momento em que, na avaliação da maioria, se abrem perspectivas para a criação de novos mecanismos para a dívida, a partir da nova administração norte-americana. Não há nenhuma segurança, contudo, de que a iniciativa produza resultados concretos a curto prazo — o que está claro é a gravidade da crise econômica nesses países.